

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

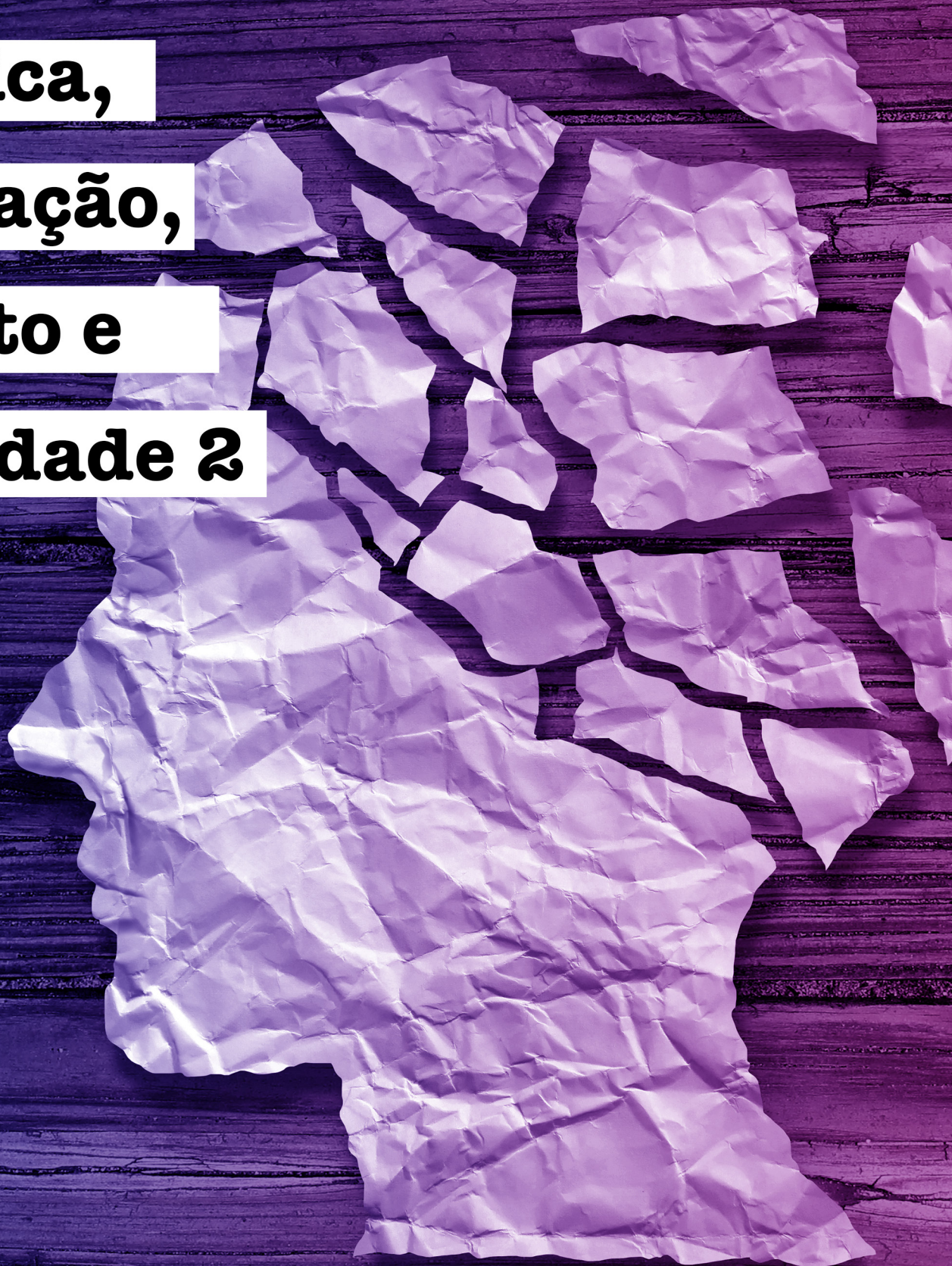
**Filosofia**

**Política,**

**Educação,**

**Direito e**

**Sociedade 2**



Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e  
Sociedade 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-095-7

DOI 10.22533/at.ed.957190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.  
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O objetivo do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade, uma vez que, o Brasil, historicamente, sempre se distinguiu por enormes desigualdades e pela exclusão social, econômica, étnico/racial, de gênero e cultural que, atualmente, vem crescendo em face de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizam os direitos políticos em detrimento dos direitos sociais. Existem declarações, documentos e leis que contemplam os direitos políticos, civis, econômicos, culturais, sociais e coletivos. Entretanto, a concretização desses direitos, na prática, não se realizam de imediato ou de modo natural. Nesse contexto nacional e também mundial, marcado pelo neoliberalismo econômico, é que se instala um verdadeiro abismo social, com um aumento cada vez maior de pessoas excluídas do processo de desenvolvimento econômico, destituídas das condições de dignidade humana. Em períodos de intensa globalização, o debate sobre a universalidade dos direitos humanos ganha novos contornos. Através especialmente da faceta econômica do processo globalizador, o mundo todo se encontra conectado, se inter-relaciona, e, com isso, a hegemonia do mercado capitalista mundial gera o temor da homogeneização. Por outro lado, as reações a esse processo trazem à tona as diferentes identidades e culturas, que mais e mais clamam ser respeitadas. A diversidade de culturas é uma riqueza, não há dúvida. Diferentes formas de ver o mundo, de viver o mundo; a variedade de tradições, de ritos e ritmos; as distintas comemorações e seus significados, os figurinos e seus coloridos. Como é encantador conhecer e aprender com o Outro! Contudo, o brilho da diversidade não deve cegar-nos a algumas práticas culturais que, embora pertencentes a culturas preciosas, acabam agredindo a Humanidade que há em todos nós. Sabe-se que os direitos humanos, após sua consolidação no século XVIII, passaram por transformações no sentido de que novas lutas foram agregando novos direitos ao conjunto. Se, a princípio, falar de direitos humanos significava tratar apenas de direitos civis e políticos, hoje tal denominação abarca também direitos sociais, direitos difusos – como o direito ao meio ambiente – e direitos coletivos – por exemplo, os direitos da mulher. Todavia, não obstante já terem passado mais de dois séculos do seu “nascimento” – cujo marco a história ocidental assenta na Revolução Francesa, de 1789 – sequer os direitos humanos ditos de primeira dimensão foram totalmente efetivados. Ainda que tais direitos sejam caracterizados como universais, isto é, pertencentes a todos os seres humanos, observa-se o desrespeito a direitos mais básicos – como o de não sofrer tratamento cruel ou degradante, para citar um – em várias partes do planeta. Algumas vezes esse desrespeito provém de afronta à própria lei que consagra os direitos. Outras vezes, eles acabam sendo violados por uma questão cultural, ou seja, por práticas culturais que, malgrado sejam exercidas há tempos e sejam aceitas por boa parte de seus praticantes, coíbem o desenvolvimento integral da pessoa, ferindo a dignidade humana e, por isso, constituindo uma ofensa

aos direitos humanos. Frente a esses eventos – globalização, temor de homogeneização, valorização da diversidade cultural –, como defender a existência de direitos humanos universais? De que forma sustentar que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis, independentemente das diferenças que há entre nós? Mais ainda: como demandar respeito a direitos básicos que todos temos ante práticas culturais que os violam, quando justamente a questão da cultura e de sua preservação levanta vozes em sua defesa? De que modo argumentar pelo apreço à dignidade humana, através do respeito aos direitos humanos, que, tal como se entende hoje, se consolidaram no Ocidente, sem que pareça que esta atitude seja um ato de imperialismo cultural? Eis alguns dos dilemas que os direitos humanos enfrentam nos dias atuais argumentos que se pode sustentar a erradicação de uma prática cultural que pareça violadora da dignidade humana, buscando-se um caminho o diálogo intercultural para que a defesa dos direitos humanos que são universais, ou seja, pertencem a todos independente de raça, religião, nacionalidade ou cultura em face de uma tradição não configure imperialismo cultural. A hipótese é a de que, tendo em vista que a cultura é uma categoria dinâmica, em constante processo de construção, e que as culturas se relacionam e se misturam, práticas culturais que aviltem o ser humano, mitigando o desenvolvimento de suas capacidades, merecem ser erradicadas – pelo diálogo intercultural, nunca por imposição em nome dos direitos humanos. É incontestável que não se deve impor ao Outro nosso olhar, nossa perspectiva, nossa maneira de ver. Isso não quer dizer, no entanto, que não se possa chegar a um consenso. Vislumbra-se um caminho: o diálogo intercultural. O interculturalismo entende a diversidade cultural como uma riqueza e tem a compreensão de que as culturas se relacionam, influenciando umas às outras, pois as culturas, sobretudo no mundo globalizado de hoje, aproximam-se, mesclam-se, tornam-se híbridas. A partir daí, e considerando que as culturas são dinâmicas, estando então num permanente processo de reconstrução, seja por circunstâncias internas ou externas (justamente no contato com outras culturas), parece possível que diferentes culturas aprendam umas com as outras na busca de valores comuns que levem ao respeito à dignidade humana sem que isso acarrete homogeneização. Por outro lado, já é hora de desvincular os direitos humanos de sua procedência histórica. Afinal, o fato de, no seu entendimento moderno, terem se consolidado no Ocidente não significa que devam ser mantidos necessariamente presos aos limites de sua origem. Quantos elementos de nossa própria cultura se originaram em outras? Ademais, os valores-base dos direitos humanos não pertencem exclusivamente a nenhum sistema cultural. E os direitos humanos têm se tornado mais e mais uma alternativa a possibilitar a coexistência humana pacífica e sempre mais enriquecedora entre diferentes no mesmo mundo. Como consequência disso, os direitos humanos são cotidianamente violados. Conforme dito anteriormente, esses direitos são assegurados em vários instrumentos jurídicos e conclamados em princípios universais tanto na ordem nacional como no ordenamento internacional. Contudo, o amplo respaldo documental não impede as constantes

violações dos direitos humanos em todo o mundo. Pensa-se, então, em formas de possibilitar o respeito e a eficácia desses direitos humanos que deveriam, na prática, ser consagrados. Nessa perspectiva, surge a educação em direitos humanos como um dos caminhos necessários para a efetivação dos direitos mais elementares e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como se lê em Horta (2000) a educação em direitos humanos situa-se em uma perspectiva crítica em relação ao modelo neoliberal vigente e impele o desvendar da sua racionalidade, suas implicações sociopolíticas e seus pressupostos éticos. A autora ressalta que promover processos educacionais sem questionar o paradigma hegemônico vigente significa esquivar-se da responsabilidade política da educação em relação ao presente e futuro. Com base nessa ótica de educação, deve-se propor uma ética que enfatize o público, a solidariedade e o bem comum. Compreender a educação como algo isento, à parte das relações sociais significa romantizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, não dá para compreender a educação fora do contexto social. Precisamos analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social. Portanto, não basta o[a] professor[a] se preocupar em fazer bem o trabalho que faz, também é preciso que reflita sobre como o faz, sobre as implicações e consequências do que faz. (MATTOS, 2008. p. 8-9). A educação é um direito internacionalmente reconhecido, conforme se lê no art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966: Os Estados partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ALVES, 1997, p. 79, grifos nossos). Da citação acima se depreende a educação tanto como um direito em si mesma como também um meio indispensável para concretização de outros direitos. Segundo Zenaide e Tosi (2004), no Brasil, após a Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito admite os direitos humanos como parte integrante do arcabouço jurídico e institucional, das políticas sociais e da cultura democrática, o que torna a educação em direitos humanos tema central integrante da política de Estado. A discussão sobre a necessidade de uma educação em direitos humanos não é recente, nem está só no plano das ideias. O Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), lançado pelo governo federal em 2002 dedica uma parte à educação com propostas para curto, médio e longo prazo, dentre eles o item 470: “Criar e fortalecer programas para o respeito aos direitos humanos nas escolas de ensino fundamental e médio através do sistema de temas transversais, assim como de uma disciplina sobre direitos humanos.” (BRASIL, 2002). Em 2003, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH,

2003). Conforme se lê nesse documento tal educação está direcionada para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais do ser humano, dentre outros aspectos. Tal direcionamento do PNEDH (2003) baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. A Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reflete o propósito dos documentos acima mencionado ao dispor sobre os princípios e fins da educação nacional afirmando no artigo 2º, que a “[...] educação [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A identidade da educação em direitos humanos é um processo ainda em construção, não havendo consenso entre autores e autoras sobre sua definição (SACAVINO, 2009). E, pelo fato do conteúdo dos direitos humanos não ser neutro deve-se atentar para a polissemia. Tratou-se de uma primeira versão por meio da Criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da portaria nº 98/1993 da SEDH/PR. Em 2006, foi concluído o Plano com sua versão final. 24 de expressões que são utilizadas de acordo com os interesses de determinados grupos sociais. Especialmente nas dimensões político-ideológica e pedagógica, convivem diferentes concepções, que vão do enfoque neoliberal, centralizado nos direitos individuais, civis e políticos até o enfoque histórico-crítico de caráter contra hegemônico, nos quais os direitos humanos são uma referência no processo de construção de uma sociedade diferente, justa, solidária e democrática, tendo como fundamento a indivisibilidade e interdependência das diferentes gerações de direitos (SACAVINO, 2009). Essas questões serão examinadas posteriormente. Assim, feita essas considerações, quais relações pode haver entre direitos humanos, democracia, cidadania e educação? A relação entre os direitos humanos e a democracia existe na medida em que esta é entendida como o regime político da soberania popular e do respeito aos direitos humanos, o que pressupõe seu reconhecimento, promoção e proteção. Tal democracia, ao englobar os direitos civis, a participação política direta, a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais sem privilégios para todos os membros da sociedade, cumpre as exigências da cidadania ativa. A educação escolar atua como um dos caminhos de conscientização dos direitos e deveres pelas pessoas que possivelmente terão maior oportunidade de atuar e interferir no contexto social colaborando na construção de outra sociedade em que vigore os direitos humanos. Conforme se lê em Ruiz (2008, p. 225): “Trata-se de entender a escola como um ambiente conflituoso, permeado constantemente por contradições no qual ocorrem, diuturnamente, ‘lutas pedagógicas’ que podem vir a somar-se com a luta sócio-política, em prol da transformação social”. Conforme pondera Konder (2004, p. 20) com base em Marx, “[...] a atividade do[a] educador[a] tem seus limites, porém é atividade humana, é práxis. É intervenção subjetiva na dinâmica pela qual a sociedade existe se transformando. Contribui, portanto, em certa medida, para o fazer-se história”. Com a

democratização de acesso à educação escolar, as crianças passam longos anos de suas vidas dentro de escolas e, durante esse período, pode-se promover processos que favoreçam o desenvolvimento crítico da realidade social, adoção das sementes da real noção de cidadania, de respeito ao outro e do espírito coletivo como também pode ocorrer a introjeção de valores de conformismo e aceitação do status quo do modelo neoliberal de sociedade vigente. O Brasil está no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) — PNDH III. Nas últimas três décadas sob o ponto de vista da legislação muito se tem anunciado os direitos humanos como requisito indispensável à concretização da democracia no país. O Estado também tem colocado ênfase na educação formal como um dos meios de construção de uma cultura de direitos humanos por meio da ratificação de vários pactos internacionais e elaboração de vários planos nacionais visando dar subsídios aos governos estaduais e municipais na elaboração e na execução de seus próprios programas de direitos humanos.

No artigo **O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, o autor Arcângelo da Silva Ferreira nesse trabalho procura verificar e analisar a ideia de história no pensamento do escritor amazonense Milton Hatoum. Paralelo a isso, as possibilidades de sua narrativa para o ensino de História da Amazônia. o corpus de análise para esta investigação é a novela *Órfãos do Eldorado*. No artigo **O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES**, os autores Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva com o objetivo de identificar as produções científicas que discutem essa política de educação profissional pesquisas promovidas acerca do Programa Brasil Profissionalizado. O artigo **O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ**, dos autores Jhanielly Gonçalves Barbosa, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, procura analisar o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF) em escolas públicas do ensino médio de Belém, em especial, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva, cujo objetivo é analisar como se configura o Programa Ensino Médio Inovador na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva. O artigo **O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?** o autor José Carlos Mendonça, busca mostrar como a atividade filosófica, como prática educativa, deve se caracterizar para que o sentido do ensino não se restrinja ao trabalho que visa mover o ‘sujeito’ ao redor do discursivo estritamente conceitual; mas, ao contrário, atrelado ao viver, ou a constituição de um “discurso interno” do sujeito sobre si, sobre sua situação, com o objetivo da modificação de si. No artigo **O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO**, os autores Ana Gregória de Lira, Rodrigo Nicéas Carneiro Leão, Tatiana Cristina dos Santos Araújo, Alexandre Simão de Freitas, objetivou caracterizar o fenômeno da dádiva, suas contribuições



para o campo educacional e elucidar o debate acerca das sutilezas que permeiam a ação educacional. também interligar a dívida à Educação e refletir sobre a ética que permeia a ação pedagógica movida pela dívida. **No artigo O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO**, as autoras Maria Cristina Leandro de Paiva, Thayane Lopes Miranda, Viviane Marina Andrade Silva, buscou –se discutir a organização e o atendimento às crianças na educação infantil, destacando as particulares subjacentes a esse atendimento, na Rede Municipal de Ensino de Natal/RN. O artigo **O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE**, a autora Roberta Ravaglio Gagno, procura refletir sobre a construção da cultura profissional do pedagogo, em especial no que tange aos processos de trabalho, sua interferência nessa construção, as condições e políticas educacionais no Paraná .No artigo, **O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO**, os autores Valmir Pereira, José Cândido Rodrigues Neto, Maria Aparecida da Silva Bezerra, buscou investigar as repercussões e influências na educação, especialmente sobre a formação da mão de obra, as práticas escolares e educacionais e o antagonismo de classes. No artigo **AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA** os autores: Eldernan dos Santos Dias, Roberto Lister Gomes Maia, apresentam um estudo sobre mediações entre a formação humana e suas possibilidades como pressuposto teórico e filosófico para o campo de conhecimento da Educação Física. No artigo **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR**, os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro discutir sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiência no âmbito escolar, trazendo a luz, a partir de uma revisão bibliográfica. No artigo **AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, os autores Gisele Carvalho Lomeu, Fátima Aparecida da Silva locca, discorrem sobre as contribuições das aulas experimentais para o processo de ensino e aprendizagem de conceitos científicos básicos abordados no ensino de Ciências na Educação Infantil, de uma escola do campo no Município de Terra Nova do Norte/MT. No artigo **AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)**, os autores Mark Clark A Carvalho, Luciana Ferreira de Lira, Mizraiam Lima Chaves, objetivo realizar um resgate histórico acerca do processo de implantação e funcionamento das chamadas “escolas ambulantes” no antigo Território Federal do Acre na perspectiva de procurar evidenciar qual o papel desempenhado por esse tipo de organização escolar para as ações pioneiras de escolarização da população do antigo território. No artigo **AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM NARRADORES DE JAVÉ**, a autora Léa Evangelista Persicano proporcionar uma reflexão acerca de narrativas orais enquanto uma prática cultural que propicia uma ressignificação do passado, com projeções no

presente e no futuro. **No artigo AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS, a autora NOVAIS, Pabliane Lemes Macena, com o objetivo, descobrir qual o papel da formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, se tem havido continuidade nas políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e, ainda, se as ações desenvolvidas nos dois cenários aqui abordados (Educação Infantil e Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental).** No artigo **AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA,** as autoras Carolina Barreiros de Lima, Janaína Moreira Pacheco de Souza discute a importância do planejamento pedagógico voltado para questões relacionadas à autoestima e ao fracasso escolar. No artigo a **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES,** a autora COSTA, Simone Freitas Pereira, realizou um balanço de produções sobre o tema supracitado sobre o tema avaliação da aprendizagem, consultando teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos no Brasil, contemplando o período de 1999 a 2008. **No artigo AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM,** André Ricardo Lucas Vieira, o artigo analisa a concepção de erro em avaliações de matemática da Educação Básica, partindo das contribuições da pedagogia construtivista na perspectiva de se considerar o erro como uma estratégia pedagógica de promoção da aprendizagem. No artigo **BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA,** a autora Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro, procurou demonstrar que apesar do principal objetivo do movimento de criação de uma Base Nacional Comum Curricular ser a consolidação da educação promotora da formação integral da pessoa e, apesar do vasto conteúdo legislativo, de fato, não se vê, na prática, sintonia e esforços para a reestruturação necessária para a efetividade do ensino transformador. No artigo **CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo sobre a formação pelo PARFOR,** os autores, Marnilde Silva de Farias, Lana Cristina Barbosa de Melo, Joelma Carvalho Sales, Marcondes Baptista do Rêgo, Maristela Bortolon de Matos, Busca por meio da abordagem a formação e o processo de profissionalização docente em Educação Física, a partir das implicações decorrentes do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), como um programa de formação emergencial e necessário para consolidação das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação e ainda em cumprimento as exigências de formação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No artigo, **CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA,** Josélia Maria Costa Hernandez, Este artigo refere-se à descrição da terceira etapa de pesquisas sobre o processo de profissionalização do professor da Academia

da Força Aérea (AFA) produzidas pelo grupo de estudos Processos Educacionais – Propostas de Estudo (PEPE), vinculado à linha de pesquisa formação e profissionalização docente no ensino superior militar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Defesa (GEPAD) da AFA.. No artigo **CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)**, os autores, Luan Manoel Thomé e Flávio César Freitas Vieira, pesquisou sobre o primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina (GED) Cícero Arpino Caldeira Brant . No artigo **Cidadania e Território: Os Desafios Contemporâneos da Crise Ambiental no Espaço da Cidadania**, o autor, Bruno Rego, Pensada sempre nos limites territoriais de um espaço nacional, a noção clássica de Estado-nação tornou-se um conceito cuja operacionalidade foi fracturada em face das grandes tendências e desafios com o que o século XXI se confronta, desafios esses cuja resolução tem de ser enfocada primordialmente num plano global. No artigo **CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL**, os autores **Maristela Rosso Walker, Ademarcia Lopes de Oliveira Costa, Cassia Peres Martins, Giovanna Marques Moreira Bertim, Guilherme Aparecido de Carvalho, Maria Fatima Menegazzo Nicodem** O trabalho buscou desenvolver o projeto de extensão “É papo de cinema! UTFPR – cinediversidade, educação e diversão”, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Santa Helena. Objetivou favorecer o acesso a acadêmicos, servidores da Universidade e comunidade circunvizinha à produção cinematográfica de diferentes categorias e gêneros, que remetam à temática da DIVERSIDADE social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente e indígena. No artigo **Coeducação uma proposta para aulas de educação física no ensino fundamental** as autoras, Raymara Fonseca dos Santos, Patrícia dos Santos Trindade, Dainessa de Souza Carneiro, Lucas Diógenes Leão, Gerleison Ribeiro Barros, o objetivo é investigar se os professores de Educação Física adotam práticas pedagógicas pertinentes às questões de gênero, por meio de aulas coeducativas. No artigo **COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO** a autora Aline de Carvalho Moura, o objetivo deste trabalho é fazer alguns apontamentos sobre a relação entre a sociedade contemporânea e a educação, a partir de uma análise sobre os CIEPs do Complexo da Maré.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9571904021	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904022	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ.	
Jhanielly Gonçalves Barbosa Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9571904023	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?	
José Carlos Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9571904024	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>55</b>
O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO	
Ana Gregória de Lira Rodrigo Nicéas Carneiro Leão Tatiana Cristina dos Santos Araújo Alexandre Simão de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9571904025	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>70</b>
O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO	
Maria Cristina Leandro de Paiva Thayane Lopes Miranda Viviane Marina Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904026	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>80</b>
O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE	
Roberta Ravaglio Gagno	
DOI 10.22533/at.ed.9571904027	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO	
Valmir Pereira José Cândido Rodrigues Neto Maria Aparecida da Silva Bezerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9571904028</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>99</b>
AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA.	
Eldernan dos Santos Dias Roberto Lister Gomes Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9571904029</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>112</b>
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>121</b>
AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gisele Carvalho Lomeu Fátima Aparecida da Silva Iocca	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>126</b>
AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)	
Mark Clark A. Carvalho Luciana Ferreira de Lira Mizraiam Lima Chaves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>139</b>
AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM <i>NARRADORES DE JAVÉ</i>	
Léa Evangelista Persicano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>146</b>
AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Carolina Barreiros de Lima Janaína Moreira Pacheco de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>156</b>
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Simone Freitas Pereira Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040215</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>166</b>
AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
André Ricardo Lucas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040216	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>179</b>
BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA.	
Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro.	
DOI 10.22533/at.ed.95719040217	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>189</b>
CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PELO PARFOR	
Marnilde Silva de Farias	
Lana Cristina Barbosa de Melo	
Joelma Carvalho Sales	
Marcondes Baptista do Rêgo	
Maristela Bortolon de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.95719040218	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>200</b>
CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	
Josélia Maria Costa Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.95719040219	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>210</b>
CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)	
Luan Manoel Thomé	
Flávio César Freitas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040220	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>222</b>
CIDADANIA E TERRITÓRIO: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA CRISE AMBIENTAL NO ESPAÇO DA CIDADANIA	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.95719040221	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>231</b>
CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL.	
Maristela Rosso Walker	
Ademarcia Lopes de Oliveira Costa	
Cassia Peres Martins	
Giovanna Marques Moreira Bertim	
Guilherme Aparecido de Carvalho	
Maria Fatima Menegazzo Nicodem	
DOI 10.22533/at.ed.95719040222	

**CAPÍTULO 23 ..... 242**

COEDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Raymara Fonseca dos Santos

Patrícia dos Santos Trindade

Dainessa de Souza Carneiro

Lucas Diógenes Leão

Gerleison Ribeiro Barros

**DOI 10.22533/at.ed.95719040223**

**CAPÍTULO 24 ..... 252**

COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

Aline de Carvalho Moura

**DOI 10.22533/at.ed.95719040225**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 265**

## O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE

**Roberta Ravaglio Gagno**

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

Curitiba - Paraná

**RESUMO:** O objetivo principal desta comunicação é refletir sobre a construção da cultura profissional do pedagogo, em especial no que tange aos processos de trabalho, sua interferência nessa construção, as condições e políticas educacionais no Paraná. O pedagogo, no exercício de seu trabalho profissional, é imbuído de inúmeras responsabilidades, sejam elas educacionais, sociais, culturais ou políticas. Pretende-se refletir a respeito das relações dependentes de condicionantes desse com a natureza e a sociedade principalmente no que concerne a política paranaense e suas interferências na construção da cultura docente. Nesta comunicação, a metodologia dialética foi utilizada com a convicção de que se sustenta na não exclusão de nenhum dado ou conhecimento produzido, mas os incorpora e supera numa síntese mais compreensiva. Por meio do método dessa pesquisa foram perquiridos os vestígios da realidade indo aos sujeitos trabalhadores da educação. Buscou-se as formas existentes na formação cultural nesses agentes educadores, pois se entende tratar de um fenômeno condicionado pelos acontecimentos que o circundam, a educação

não existe isolada, mas em conjunto com a natureza e a sociedade às quais pertencem. O artigo articula considerações baseadas nos seguintes autores, Bauman, Marx, Heller, Gramsci, Ianni, Konder, Saviani, Kosik, Ball, dentre outros. Aborda-se o perfil do professor pedagogo, a cultura social e as condições de trabalho no Paraná sob a ótica da teoria do trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho; Cultura docente; Consciência de Classe; Políticas Educacionais, Educação.

**ABSTRACT:** The main purpose of this communication is to reflect on the pedagogue's professional culture construction, especially with regard to the work processes, its interference in this construction, the educational conditions and policies in Paraná State. The pedagogue, in the professional activity exercise, is imbued with numerous responsibilities, whether they are educational, social, cultural or political. The intention is to reflect on the relations which depend on conditions of this with the nature and the society, especially when it comes to the politics in Paraná and its interferences in the teaching culture construction. In this communication, the dialectical methodology was used with the conviction that it is based on the non-exclusion of any data or produced knowledge, and it incorporates and surpasses



them in a more comprehensive synthesis. Through this research method the reality traces were questioned among the education workers. The existing forms have been sought in the educational agents' cultural formation, because it is understood to be a conditioned phenomenon by the events that surround it, the education does not exist in an isolated way, but together the nature and society to which they belong to. The article articulates considerations based on the following authors, Bauman, Marx, Heller, Gramsci, Ianni, Konder, Saviani, Kosik, Ball, among others. From the work theory perspective it is approached the pedagogue teacher profile, the social culture and the working conditions in Paraná.

**KEYWORDS:** Work, Teaching culture; Class Consciousness; Educational Policies, Education.

## O PROFESSOR PEDAGOGO

Refletir a respeito de como se constitui o profissional pedagogo na sua relação com o meio em que está inserido, ou diante das contradições e da realidade enfrentada, quais as situações que o constituíram e o constituem no cotidiano e, para o compreender não apenas no plano da imediaticidade, mas, principalmente, entender a cultura profissional docente no histórico de suas relações e diante de que intervenientes ele está incluído, foi condição precípua para a efetivação dessa pesquisa. Vale lembrar a reflexão de Agnes Heller (2008) quando afirma que os homens fazem sua própria história por meio da imanência, da subjetividade e da objetividade. Nela o homem aspira fins que são determinados pelas circunstâncias que, por sua vez, modificam essas aspirações. Assim se constitui o professor pedagogo, também a partir de objetivos, sonhos, na convivência e na relação com o meio, com as demais pessoas e com as políticas e práticas que interferem em seu trabalho. Um constituir-se modificado a cada dia nesse relacionar-se ininterrupto e constante.

A escolha da temática se justifica pela necessidade de examinar a cultura profissional docente diretamente articulada aos aspectos legais das políticas educacionais que interferem na sua constituição. São elas que regulam a atuação desse profissional, a formação e a sua percepção das relações estabelecidas entre a prática e a teoria, questões pertinentes à especificidade do trabalho por ele desenvolvido. É uma cultura vivenciada, muitas vezes por esse profissional no interior dos sistemas nos quais ele atua, que não pode ser silenciada, pois cabe à academia desvelar a homogeneidade aparente expressada pelas formas de nivelamento que as políticas, a sociedade e os meios de comunicação de massa tratam essa profissão. Esse nivelamento se dá quando os sistemas não observam uma série de questões que afetam diretamente a constituição da cultura profissional, como a realidade diferenciada de cada escola e a formação continuada padrão, por exemplo. Uma compreensão que precisa se dar no cotidiano do trabalho no interior das escolas e das salas de aula, experiências que ultrapassam currículos, legislação, planejamentos e avaliações, mas

que tratam sobre o professor pedagogo em sua totalidade, e mais, na construção da cultura profissional docente. Cabe ressaltar a inexistência de um estudo aprofundado, científico e sistematizado sobre a cultura profissional docente.

O professor pedagogo, ao se relacionar e ao constituir uma determinada cultura profissional, transforma o meio em que está inserido e transforma a si mesmo, numa relação dialética que modifica o conjunto das relações. Esta é também constituída no processo de trabalho que, por sua vez, é a atividade por meio da qual o homem se relaciona com a natureza e produz. É a realização do ser social, que é fundamental na constituição humana enquanto uma “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza” (MARX, 1996, p. 50). O processo de trabalho é uma atividade direcionada para um objetivo: a produção de valores de uso para satisfazer as necessidades humanas, propiciada pela apropriação da natureza.

Pelo compromisso social que desempenha, o professor pedagogo precisa compreender essas questões para formar uma consciência comum sobre os problemas sociais, dando-lhes novas interpretações a fim de superá-los, pois “A mesma condição alienada de sua existência, como classe, constitui a base da sua posição crítica” (IANNI, 1988, p. 61). Esse profissional precisa conhecer-se enquanto ser social imbuído de uma cultura construída ao longo da história, ancorada na cotidianidade, nas relações humanas, nos fatos enquanto processo, e de seus intervenientes, de forma a manter uma postura crítica e revolucionária diante da realidade. Precisa definir o objetivo de seu trabalho revestindo-se de conhecimentos técnicos e éticos. Esse perfil contribui para a criação da cultura, medeia as relações entre o homem e a natureza; tem, portanto, um compromisso com a verdade, responsabilidade diretamente ligada à sua história e à história da comunidade que está desenvolvendo seu trabalho, independentemente do nível de ensino em que seu trabalho esteja atrelado. Isso o obriga a refletir a respeito do produto do seu trabalho, o destino das suas ideias, a consciência que produz e o exemplo que se perpetua no entendimento dos alunos, famílias e comunidades.

## **A CULTURA SOCIAL**

O termo cultura pode ser conceituado como hábitos e capacidades adquiridos pelo homem na convivência em uma sociedade; envolve costumes, conhecimentos, crenças, que interferem diretamente nas práticas cotidianas desse sujeito. São múltiplas as determinações que marcam (precedem e sucedem) a construção da cultura e constituem o indivíduo. Para Marx e Engels (2007) esses indivíduos não se explicam por si mesmos, mas no conjunto das relações que estabelecem e determinam. O que são está diretamente relacionado às condições materiais, ideológicas e de produção a que estão submetidos.

Demerval Saviani considera que: “Cultura é o processo pelo qual o homem transforma a natureza, bem como é o resultado dessa transformação” e explicita: “No processo de autoproduzir-se, o homem produz, simultaneamente e em ação recíproca

a cultura”. (2007, p. 122-123). O que conduz à compreensão de que não há cultura sem o homem e não há homem sem cultura.

É um sistema complexo, que compreende uma rede de atividades e com significados compartilhados. O sujeito não é consciente de forma plena desse processo, que é redefinido com a prática coletiva em função desses múltiplos fatores criados e assumidos pelo ser humano. Tem-se que “[...] o homem é um ser social, [...] sempre age, pensa, sente como um sujeito social; e isto antes ainda de tomar consciência de tal realidade ou até mesmo para dela se dar conta” (KOSIK, 2002, p. 85).

Sendo um termo complexo, pode também ser utilizado como ideologia para legitimar um determinado tipo de direcionamento político e/ou o poder (BAUMAN, 2012). Ao se estipular a cultura da escola, a cultura do museu, a cultura da fotografia, direciona-se um modo de vida de um determinado grupo de pessoas que se unem nesta ideologia, posto que, essas pessoas pertencem a um determinado local ou classe, profissão e geração. A constituição dessa cultura ocorre quando as pessoas compartilham também os modos de falar, de proceder, os saberes em comum, os sistemas de valores, e ainda, uma autoimagem coletiva de pertença a uma determinada classe ou grupo.

A cultura é, também, essencialmente política em função de se apresentar enquanto um terreno de disputa, das condições históricas e de um processo contínuo de resistências e dominações em nome dela. “A cultura não é unicamente aquilo que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos” (EAGLETON, 2011, p. 184). Nesse direcionamento a cultura “É ao mesmo tempo uma entidade feita pelo homem e uma entidade que faz o homem; [...] relaciona-se ao ser humano em sua qualidade tanto de sujeito quanto de objeto” (BAUMAN, 2012, p. 128-129).

Concebe-se que a cultura é também constituída no processo de trabalho, que, por sua vez, é a atividade por meio da qual o homem se relaciona com a natureza e produz. É a realização do ser social, que é fundamental na constituição humana, enquanto uma “necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio entre o homem e a natureza” (MARX, 1996, p. 50). O processo de trabalho é uma atividade direcionada para um objetivo: a produção de valores de uso para satisfazer as necessidades humanas pela apropriação da natureza.

É uma relação intensa e permanente entre ser humano e natureza, quando o homem a transforma e também se transforma. É nesta via de raciocínio que se entende o movimento histórico em que o homem se constitui e é constituído. É o trabalho intencionado, acompanhado pela razão, segundo Marx, o que distingue os homens dos demais animais. Ao pensar, planejar suas ações, o ser humano se diferencia dos animais, que, por sua vez, produzem sua existência baseados no instinto. Essas transformações produzidas pelo homem não são espontâneas no meio natural.

O homem produz a si mesmo a partir de condições dadas, com isso ele produz sua existência nas relações que estabelece com os outros, consigo e com a natureza. É o homem, por meio de seu trabalho, das relações de produção estabelecidas, que

se constitui como homem e que, por conseguinte, é modificado e modifica a natureza (MARX, ENGELS, 2014). Esse processo ocorre em função, principalmente, do efeito das ideias humanas (VIEIRA PINTO, 1979). São as ideias desenvolvidas em conjunto com as ações humanas que complexificam as relações e propiciam transformações da realidade.

## **AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO PARANÁ SOB A ÓTICA DA TEORIA DO TRABALHO**

As diferentes formas de organização do trabalho resultam na construção de diferentes homens, por isso é que se pode afirmar que a formação humana é diretamente perpassada por diversas formas históricas de produção. Os trabalhadores da educação vêm vivenciando novas condições de trabalho (ou a falta delas), marcadas por formas flexíveis, terceirização, controle externo, precarização, expansão do trabalho temporário, e essas mutações afetam diretamente o trabalho e a cultura profissional docente. E isso é absorvido de tal forma que interfere diretamente na prática pedagógica e nas relações estabelecidas com colegas e alunos. Mas, todas essas questões não são ‘uma sentença de morte’, onde o professor pedagogo precisa seguir à risca todas essas determinações sem possibilidade de mudanças. Incorpora-se o pensamento de Gramsci quando se afirma que não se pode ignorar a autonomia manifestada na criação cultural. Sempre há o elemento sujeito humano envolvido, por mais que esteja entre a miséria e o senso comum. Mesmo quando determinadas situações possam parecer irreversíveis.

Por outro lado, o Estado “organiza” a sociedade na medida em que admite a existência de injustiças, portanto, corrobora para que essas se perpetuem. Um exemplo disso é o ocorrido em abril de 2015, no Estado do Paraná. O governo, diante de uma manobra política, se apossou do dinheiro da aposentadoria de milhares de funcionários públicos do estado e alegou não ter caixa para honrar suas contas nos próximos anos. Com violência física contra professores pedagogos e demais funcionários, comprou instâncias legislativa e judiciária, onde as decisões seriam votadas. Nesse episódio as palavras de Marx, no ano de 1844, ainda se fazem atuais.

O Estado é a organização da sociedade. Na medida em que o Estado admite a existência de anomalias sociais, ele procura situá-las no âmbito das leis da natureza, que não recebem ordens do governo humano, ou no âmbito da vida privada, que é independente dele, ou ainda no âmbito da improbidade da administração, que é dependente dele. “[...] todos os Estados buscam a causa nas falhas casuais ou intencionais da administração e, por isso mesmo, em medidas administrativas o remédio para suas mazelas”. (MARX e ENGELS, 2010, p. 38-39).

O que dizer então de um Estado que não só corrobora com as anomalias, mas que as produz? Que desrespeita o professor e o funcionário enquanto ser humano? Que coloca a culpa exclusivamente nestes pela pouca qualidade do ensino? Que afirma em rede nacional que professores são manipulados e manipuláveis por organizações

políticas contrárias e de esquerda, que são utilizáveis como massa de manobra? (GLOBO, 2015)

A posição dos professores pedagogos é complexa, pois não são meros fantoches do sistema, mas são constituídos por este. Alguns participam de lutas históricas pela educação e pela emancipação das classes populares, e são oprimidos pelo poderio do Estado e seus *lobbies*, utilizados para a perpetuação no poder, para obtenção ou manutenção de regalias e vantagens. E tudo isso em função do capital e dos interesses dominantes.

Pode-se refletir sobre as palavras de Marx, que muito embora tenham sido direcionadas para o trabalho da fábrica, cabe, em certa medida, ao docente do estado do Paraná, no contexto atual:

[...] no processo de produção capitalista, não é o trabalhador que usa os instrumentos de produção. Ao contrário: os instrumentos de produção – convertidos em capital pela relação social da propriedade privada – é que usam o trabalhador. Dentro da fábrica o trabalhador se torna um apêndice da máquina e se subordina aos movimentos dela, em obediência a uma finalidade – a do lucro – que lhe é alheia. O trabalho morto acumulado no instrumento de produção suga como um vampiro cada gota de sangue do trabalho vivo fornecido pela força de trabalho, também ela convertida em mercadoria, tão venal quanto qualquer outra. (MARX, 1996, p. 34).

O desenvolvimento da produção é transformado em exploração e domínio sobre os trabalhadores, alienando-os e degradando-os. O professor pedagogo, em seu trabalho, obedece à máquina do sistema burocrático, que é o Estado, que por sua vez também se orienta pelo capitalismo. No Paraná o governo iniciou, em 2015, um processo de fechamento de 150 escolas, visto que, de acordo com o argumento das autoridades, têm poucos alunos e salas e espaços ociosos.

Onde está a qualidade que se cobra dos professores? Em salas lotadas? Escolas também cheias? Sem investimento público? O governo alegou otimização de salas e respeito aos recursos públicos, que devem ser utilizados de forma eficiente (nas palavras do próprio governo divulgadas amplamente na mídia). Cabe ressaltar que no início do ano de 2015 mais de 2 mil turmas foram fechadas e que, devido a isso, as salas de aula estão lotadas (GLOBO, 2015).

Todo esse comportamento gera a construção de uma ideologia de proteção ao sistema e muitos trabalhadores/professores pedagogos nem percebem esses meandros da política, internalizados por meio de cursos, de sentimentos voltados à ética, destacando a participação de todos nas escolas como importante para a tomada de decisões. Mas, será que as decisões podem ser realmente tomadas, ou se finge tomá-las? Vive-se em nome de uma pseudoparticipação que pode ser destruída em segundos por um estado governado em bases autoritárias. Ou ainda, se apregoa a não participação, um não envolvimento político efetivo da classe, quase como um apoliticismo, quando a atividade humana é demonstrada como duas esferas distintas e contraditórias, como a vida pública e a vida privada. Cabe ressaltar que “A ilusão do apoliticismo nasce da alienação”. Nesse caso, “[...] a alienação possibilitou o

aparecimento dessa ilusão segundo a qual a atividade do indivíduo na esfera de sua vida particular permitiria um abandono de suas responsabilidades como cidadão” (KONDER, 2009, p. 183).

Na semana pedagógica preparada pelo estado para todas as escolas no primeiro semestre de 2016 (PARANÁ, 2016), essas questões foram amplamente abordadas. O material versava a respeito dos direitos humanos, da ética, da dignidade humana, da democracia na educação, com o discurso de se promover um ensino voltado para a transformação social. Nesse mesmo material constava entrevista com o Sr. Deputado Ademar Traiano, falando sobre um programa de combate à corrupção. Vale lembrar que esse mesmo deputado é investigado em diversos processos, isso sem contar sua postura diante do movimento de professores e funcionários em abril de 2015. O referido político direcionou as votações a favor do governo e contra o funcionalismo público. Questões como equidade e equiparidade são abordadas, no entanto, o que o estado deixa de abordar nessas formações continuadas são questões como condições de trabalho, falta de verbas, violência, recursos estruturais. O material é insuficiente para uma formação com qualidade aos profissionais da educação, além de ser fragmentado e com informações e depoimentos duvidosos e tendenciosos. Esse tipo de formação valoriza o preenchimento de tabelas e planilhas em detrimento de estudos aprofundados sobre temáticas relevantes para a realidade das escolas e profissionais da educação. Essa é uma questão que remete ao conceito de ‘cegueira moral’, utilizado por Bauman e Donskis (2014, p. 18), definida como sendo “voluntariamente escolhida e imposta ou aceita com resignação”, pois traz conceitos ilusórios que são construídos por tecnocratas a fim de perpetuar uma dada situação.

No entanto, é importante observar que essas condições não estão dadas simplesmente. É necessário que esse profissional da educação também se envolva e cobre mudanças da mantenedora, assunção de compromissos que são da sua responsabilidade.

Sem querer subestimar a eficácia de tais fatores ideológicos, é preciso constatar, no entanto, que a combatividade de uma classe é tanto maior quanto melhor for a consciência que ela puder ter na crença de sua própria vocação, quanto mais indomado for o instinto com que é capaz de penetrar todos fenômenos conforme seu interesse (LUKÁCS, 2012, p. 168).

Mesmo que por vezes a realidade mostre o contrário, na luta contra a desigualdade e a injustiça se avança um pouco sempre, mesmo que o retrocesso pareça inevitável. Na linguagem popular diz-se que ‘se anda um passo para trás, mas um para frente’. É um combate constante pela consciência.

Outro exemplo do que ocorreu no estado do Paraná, desde o final de 2014, foi a redefinição de um direito da comunidade escolar, a saber, a eleição de diretores. Após um ano, a lei foi finalmente sancionada em 14 de outubro de 2015. Segundo o governo do PSDB, as eleições ocorreram no dia 04 de dezembro daquele ano. A aprovação dessa lei na ALEP (Assembleia Legislativa do Paraná) causou discussões

e polêmicas entre governo e oposição, principalmente no que tange a universalização do voto, que anteriormente era paritário; e no que diz respeito à duração do mandato, antes de três anos e agora de quatro, e a possibilidade de reeleição sem limite. Cabe destacar que a eleição é apenas um dos mecanismos de gestão escolar democrática. Aliado a isso, tem-se o funcionamento dos Conselhos Escolares, das Associações de Pais e Mestres, dos Conselhos de Classe e dos Grêmios Estudantis, por exemplo. O cerceamento de qualquer uma dessas instâncias colegiadas demonstra o que Ball explica a seguir:

Na sua forma mais visceral e íntima, o neoliberalismo envolve a transformação das relações sociais em calculabilidades e intercâmbios, isto é, na forma de mercado, e, portanto, a mercantilização da prática educacional – por exemplo, nas economias de valor-aluno, por meio de remuneração por desempenho, gestão de desempenho e flexibilização e substituição do trabalho. As tecnologias neoliberais trabalham em nós para produzir um corpo docente e discente ‘dócil e produtivo’, e professores e alunos responsáveis e empreendedores (BALL, 2014, p. 64).

Mais um exemplo a ser citado neste mesmo estado é sobre o Conselho Deliberativo de uma Universidade, que decide os rumos dessa instituição e, posteriormente, essas decisões, que eram legais, dentro do esperado pela comunidade acadêmica, são barradas pelo governo. São modelos “[...] de administração da educação baseado em uma estrutura verticalizada e rigidamente hierarquizada” que não possibilita “[...] mudanças, participação, ou criatividade” (FERREIRA, 2000, p. 308). Observa-se que no governo atual, no Paraná, há muitas organizações a serviço da economia neoliberal que direcionam o poder do Estado com vistas à troca de favores, evidenciando sua estruturação em redes com a iniciativa privada, “[...] as organizações de redes são opacas, consistindo, em boa parte, de trocas sociais informais, negociações e compromissos que se constituem ‘nos bastidores’” (BALL, 2014, p. 33). As decisões envolvem participantes diversos, porém não de direito, mas ligados a compromissos, influências, finalidades ligadas a uma determinada rede de relações, de onde advém esse suporte e de interesses políticos e econômicos.

Como consequência desse tipo de comportamento, observa-se que os professores pedagogos, em conjunto com os demais profissionais do sistema de educação, estão sendo tomados como simples apêndice da máquina estatal. São vistos como instrumentos de conchavos políticos para se obter algum tipo de benefício. Assim, tais profissionais precisam se adaptar constantemente a esses direcionamentos e, conseqüentemente, sofrem uma precarização de seu trabalho. Estão sujeitos a diferentes formas de controle administrativo e burocrático, visto que desenvolvem seu ofício em instituições completamente hierarquizadas e burocráticas, trabalham em condição de funcionários assalariados e, com isso, sofrem uma série de formas de coação e controle.

Compreender essas relações da profissionalidade do trabalhador docente, a desigualdade social e a necessidade de se construir uma sociedade mais igualitária, emancipada e justa, é mister, de forma a superar a concepção taylorista e fordista

que infelizmente ainda hoje apresentam resquícios na educação. Para tanto, os educadores precisam ser educados, conforme ressaltou Marx (1854), na terceira tese sobre Ludwig Feuerbach. Essa educação é uma tarefa árdua com a finalidade da transformação social.

Como foi observado ao longo da exposição, a educação também pode ser uma mercadoria ou pode se submeter à lógica do capital, em uma sociedade dirigida pelo capital, mesmo tendo como mantenedores os órgãos públicos. Corroborando o pensamento de Saviani (2007), o mercado não é absoluto: pensar que ele seria absoluto significaria adotar uma posição de determinismo, o que aqui não é o caso, pois envolve diversos fatores socialmente manifestados, em ações recíprocas e complementares.

Nesse contexto, a formação profissional é imprescindível no sentido de preparar professores pedagogos para o desenvolvimento da identidade e autonomia com suas bases na coletividade e no âmbito social, com a finalidade de lutar pelos seus direitos e pela emancipação da classe, visto que esses profissionais exercem uma função de orientação na sociedade, e podem ser considerados intelectuais. Profissionais que atuam com pessoas, principalmente das classes mais exploradas e necessitadas, precisam estar preparados para auxiliar a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Em decorrência tem-se que “Somente de um trabalho comum e solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca é que nascerá a ação concreta de construção” (GRAMSCI, 2004 b, p. 245).

Uma das formas de adquirir essa compreensão é o envolvimento com as situações sociais, políticas e culturais da sociedade em que atua, além do estudo e reflexão sobre essas questões. Uma tarefa que exige dedicação e disciplina, que desenvolverá a consciência de ser um homem individual, porém histórico e coletivo, por meio do desenvolvimento da consciência de classe

[...] o processo de tomada de consciência de classe operária desenvolve-se ao longo das suas próprias lutas, como classe. Isto é, a classe operária não se constitui apenas porque o regime capitalista se desenvolve; ela se forma na medida em que luta contra as relações de alienação em que se acha inserida. É no curso dessa luta que acaba por identificar toda a hierarquia dos seus inimigos, até compreender o Estado burguês como núcleo do regime em que se funda a sua alienação (IANNI, 1988, p. 46).

De acordo com a concepção marxiana e gramsciana, um ser humano histórico, concreto e ativo se define no conjunto dessas relações sociais que estabelece, que transforma e é transformado a partir de tais relações. Um profissional cuja existência e essência caminham ao largo, na universalidade do constituir-se humano com vistas à transformação social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Cada profissão constrói sua cultura e com ela uma linguagem própria, um modo



de tratar assuntos e situações peculiares que interfere na sociedade e recebe a sua interferência. O professor pedagogo também está inserido em uma sociedade, um ambiente cultural que desenvolve direcionamentos relacionados a uma série de questões recebendo suas interferências e nele interferindo.

No cotidiano, cabe ao professor pedagogo conviver com a diversidade dessas práticas, as políticas e os relacionamentos nas instâncias diferentes da sua, como mantenedoras, instituições de saúde, de justiça, ONGs e empresas. Tudo isso interfere diretamente na construção da cultura, visto que essa não pode ser explicada isoladamente, pois está entrelaçada a relações dinâmicas que, por sua vez, remontam à necessidade de concebê-las na sua totalidade, já que se compõem pela multiplicidade de relações, interações, conflitos, contradições e ligações. Essas relações constroem uma experiência social, e a sociedade interfere na constituição das culturas individuais, sem definir cada sujeito, pois esse também interfere e constrói a sua individualidade, que é modelada e remodelada a todo instante em uma relação mútua.

## REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Educação Global S.A. *Novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. DONSKIS, Leonidas. *Cegueira Moral – A perda da sensibilidade na modernidade líquida*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. 2ª Ed. Tradução: Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades. IN: FERREIRA, Naura S. Carapeto e AGUIAR, Márcia Â. da S. (orgs). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000.

GLOBO. *MP Responsabiliza Beto Richa por operação policial de 29 de abril*. 29/06/2015. Disponível em <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/06/mp-pr-responsabiliza-beto-richa-por-operacao-policial-do-dia-29-de-abril.html>. Acesso em 11 mar. 2016.

GRAMSCI, Antônio. *Escritos políticos*. V.1 e 2. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

IANNI, Octavio. *Dialética e capitalismo*. 3ª Ed. Petrópolis – Rio de Janeiro: Ed Vozes, 1988.

KONDER, Leandro. *Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Tradução: Célia Neves e Alderico Tríblio. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. 2ª Ed. São Paulo: Editora WMF / Martins Fontes, 2012.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

\_\_\_\_\_. *O capital* – v. 1. 1996. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_fontes/acer\\_marx/ocapital-1.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf). Acesso em: 14 jul. 2015.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara - Onze teses sobre a educação política*. 39ª Ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2007.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *Teoria da Cultura*. IN: VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-095-7



9 788572 470957